

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA DO CODEFAT**

**ASSUNTO** : 53ª Reunião Ordinária do GAP  
**DIA** : 20.07.95  
**HORA** : 9 horas  
**LOCAL** : Sala de Reuniões – 2º Andar – Bloco F

**ITEM 1**

O Secretário-Executivo do CODEFAT, deu início à reunião, salientando que o objetivo do GAP, é a discussão de assuntos que possam servir de subsídios à reunião do CODEFAT. Foram entregues as Memórias da 48ª, 50ª, 51ª e 52ª Reuniões Ordinárias e a 10ª Reunião Extraordinária do GAP e o concedido prazo para aprovação. EXTRA PAUTA – O Secretário-Executivo do CODEFAT ressaltou alguns pontos a que deverão ser discutidos na reunião do CODEFAT do dia 04 de agosto. Relacionando-se com as modalidades de convênios assinadas com as Secretarias de Trabalho, para alocação de recursos no desenvolvimento da política pública de emprego. Esses convênios possibilitam o funcionamento dos SINE, a estruturação da política pública de emprego e a implementação da política de geração de emprego e renda. Abrangem principalmente: habilitação para o recebimento do Seguro-Desemprego, que é serviço prestado pelo SINE; recolocação no mercado de trabalho, que é serviço de intermediação; formação profissional, pesquisas de emprego e desemprego e o trabalho de preparação e discussão dos programas abrangidos pelo PROGER. Já em 1995 ocorreram do que não pode e não deve acontecer. Só recentemente foi assinado o 1º convênio. Tendo em vista que, em termos de reforma administrativa, é válido privilegiar a atuação pelo resultado, foram mantidas conversações com o MARE e, posteriormente, na secretaria Federal de Controle, no sentido de se alterar a atual estrutura de convênios. Nesse sentido, o CODEFAT determinaria os parâmetros em termos de tarifa, o MTb aprovaria os planos de trabalho e se assinaria um convênio que sofreria apenas adiamentos a mais, em razão de ajustes nos planos de trabalho ou modificações introduzidas pelo CODEFAT nos parâmetros de custo. Um determinado agente, tendo prestado o serviço, remeteria ao MTb um atestado identificando as pessoas habilitadas ao Seguro-Desemprego, as que foram recolocadas, os beneficiários de contratos com o PROGER, as pessoas que receberam formação profissional e assim sucessivamente. Os Estados que quisessem participar o fariam por adesão; quando da adesão ao sistema, seria feita doação do patrimônio e o Estado passaria a funcionar por conta própria e só receberia os recursos depois de efetivamente Ter prestado serviço. O Representante da CGT, ressaltando o empenho do CODEFAT em atuar com acerto, sugeriu que aquele colegiado reiniciasse em fase de visitar a alguns Estados para verificar a situação. Seria, no seu entender, permitido fazer algumas reformas, mas em nível de adaptação das instalações existentes, para evitar abusos, como super faturamento e desvio na utilização dos equipamentos. O Secretário-Executivo do CODEFAT falou sobre a ação das comissões estaduais, que são também comissões tripartites e paritárias, que sejam reforçadas, para que fiscalizem a execução dos programas do Estado. Em seguida, a pedido do Representante da CGT, explicitou os fatos ocorridos na reunião do FONSET em que os Secretários propuseram a criação de um grupo de trabalho para preparar uma proposta para o CODEFAT, relacionado ao tema. Foi formado um outro grupo, para vir a Brasília no dia 1º de agosto

e tomar conhecimento da proposta do PROGER Rural, antes de sua votação pelo CODEFAT, no dia 4 de agosto. Mais um grupo foi criado, para fazer uma visita a Fundação SEADE e tomar conhecimento das dificuldades relativas às PED em lugares onde o IBGE já realiza a pesquisa, com metodologia que possui muitos pontos em comum e alguns divergentes. Disse que a esse respeito, há uma portaria que cria um grupo técnico, composto de um membro do MTb, um do IPEA e cinco membros da comunidade acadêmica, para tentar achar um denominador comum que satisfaça tanto a SEADE e ao DIEESE, quanto ao IBGE. Disse ainda que foram distribuídas as minutas dos convênios a todos os Secretários do Trabalho. Em seguida o Secretário-Executivo do CODEFAT, comentou alguns itens da próxima reunião do CODEFAT e solicitou aos membros do GAP que informassem as respectivas bancadas sobre os assuntos expostos. O Representante da CGT levantou o problema da inadimplência dos Estados. Alguns são devedores do CODEFAT por questão de prestação de contas dos recursos já repassados. Perguntou qual seria a saída. O Secretário-Executivo do CODEFAT disse que, no que depende de outra legislação que não a do CODEFAT, o melhor seria examinar caso a caso.

## **ITEM 2**

Estudo comparativo entre a aplicação da TJPL e a TR nos recursos do FAT. O Coordenador da área financeira deu esclarecimentos sobre o assunto. O representante da CUT reiterou a posição de sua entidade, que considera inadequada a adoção da TJPL num contexto de intensa oscilação das taxas mensais de inflação. Concluindo o representante do BNDES disse que o objetivo da TJPL foi reduzir, em relação à TR, o custo de financiamento de longo prazo, preservando o valor dos recursos do FAT. A TJPL apresentou excelentes resultados estando acima de diversos índices de inflação. Concluindo disse que o balanço da TJPL é positivo.

## **ITEM 3**

Proposta de Contrato da DATAMEC para prestação de serviços de informática do Seguro-Desemprego. O assunto foi amplamente debatido e sugerido que fosse ativado o subgrupo anteriormente criado, com vistas a elaborar e Termo de Referência de Forma a subsidiar o Edital de Licitação e foi solicitado que as Entidades que não indicaram seus representantes, enviasse um fax com o nome de seus representantes. O Coordenador do Seguro-Desemprego informou que a empresa da consultoria DOMÍNIO, havia entregue naquela semana, o Plano de Trabalho que trata de um diagnóstico sobre qual seria o funcionamento que o MTb e o CODEFAT pretende para o Seguro-Desemprego. O representante da CUT falou sobre a importância do GAP se reunir sistematicamente, bem como, tomar conhecimento prévio dos temas a serem discutidos na reunião do CODEFAT. Solicitou ainda que a Secretaria do CODEFAT organizasse material pertinente à DATAMEC, para subsidiar o subgrupo que tratará do assunto. O Secretário-Executivo do CODEFAT solicitou ao Secretário-Adjunto da SPES que assumisse os trabalhos.

## **ITEM 4**

Apresentação da Pré-Proposta Orçamentária do FAT para 1996. Da área de finanças explicou que o orçamento da União deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto, e foi montado um esquema que possibilita o acompanhamento da execução pelo CODEFAT. Discorreu em detalhes sobre a pré-proposta orçamentária, esclarecendo as atividades meio e as finais. A pretensão é que a própria execução do orçamento já forneça um relatório gerencial ao Conselho e só assim é possível demonstrar o que despesa administrativa e o que é despesa final. O assunto foi amplamente debatido. O

Coordenador da área de finanças, solicitou que todas as dúvidas fossem comunicadas até 5 de agosto.

**ITEM 5**

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do FAT, período de janeiro a junho de 1995. O Coordenador de finanças discorreu sobre o assunto e comunicou que estão terminando um trabalho, em que separa a inflação dos juros reais, para a reunião do CODEFAT. Prosseguindo, o Coordenador informou que estava sendo entregue o demonstrativo do Fundo Social de Emergência, dos depósitos especiais do PROGER, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste do Brasil e na FINEP, com os valores atualizados.

**ITEM 6**

Foram entregues as seguintes publicações: Clipping do FAT, período junho-julho/95, Síntese do Seguro-Desemprego e Lei 4923/65, período abril/95, Resoluções do Conselho, período de dezembro/94 – junho/95.

**ITEM 7**

Outros assunto: Foi entregue, a carta recebida da FINEP, para conhecimento, e posterior submissão ao CODEFAT, o quadro das Comissões de Emprego nos Estados, a Composição Atualizada do Grupo de Apoio ao CODEFAT e o Relatório de Atividades do BNDES, período de janeiro a dezembro/94. Antes do encerramento o Representante da CGT sugeriu que o GAP elaborasse um calendário de suas reuniões, para ser aprovado na próxima reunião, ressaltou que as informações do CODEFAT não estão chegando as comissões estaduais, o que dificulta muito o trabalho destas. O Secretário-Adjunto da SPES fez um retrospecto da reunião e disse que, quanto a ata que foi distribuída, fixou-se o dia 25 como limite para que sejam feitas as modificações. A partir do dia 25, seriam consideradas aprovadas. Saudou os novos integrantes do GAP, agradeceu a presença e deu por encerrada a reunião.

Após lida e aprovada, esta Ata será assinada pelo Coordenador e demais membros presentes do Grupo de Apoio ao CODEFAT.

DANIEL ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA \_\_\_\_\_  
Secretário-Executivo do CODEFAT

RODOLFO PERES TORELLY \_\_\_\_\_  
Representante Titular do MTb

RICARDO DINARTE SANDI \_\_\_\_\_  
Representante Titular do MPAS

JOSÉ ROBERTO LEAL F. FIORÊNCIO \_\_\_\_\_  
Representante Titular do BNDES

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO \_\_\_\_\_  
Representante Titular da CGT

WALTER SOUZA \_\_\_\_\_  
Representante Suplente da Força Sindical

**BERNARDO GOUTHIER MACEDO**  
Representante Titular da CUT

---

**CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA**  
Representante Suplente da CNI

---

**ADIB MIGUEL EID**  
Representante Titular da CNF

---